



SOS

RIO GRANDE DO SUL



6 A 10 DE MAIO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!

Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

3

Abraceel e Casa Civil discutem abertura do mercado de energia

5

Grupo Técnico discute CP sobre comercialização varejista

8

Monitoramento: Período Sombra

9

Abraceel na Mídia

11

Abraceel reforça comunicações de auxílio ao Rio Grande do Sul

12

Curtas

19

E o Congresso?

23

Próxima Semana



Abraceel e Casa Civil discutem abertura do mercado de energia

Matéria em 1 minuto:

- Em reunião com a Casa Civil, Abraceel defende a abertura total do mercado elétrico, iniciando em 2026 com o Grupo B industrial e comercial;

- Associação destacou “janela de oportunidade única” com o fim de quantidade considerável de contratos no ACR, o que permite abertura equilibrada;

- Casa Civil agradeceu a contribuição da Abraceel, destacando a relevância do tema para a redução dos custos com energia elétrica e frisou interesse do governo em ouvir propostas do setor para construir soluções conjuntas.

Abraceel e representantes do Ministério da Casa Civil se reuniram no dia 07.05 para discutir caminhos para avançar na abertura do mercado de energia e reduzir os custos dos consumidores com a conta de luz.

Pela Abraceel, estiveram presentes Rodrigo Ferreira, Bernardo Sicsú, Frederico Rodrigues, Alexandre Lopes e Ângela Oliveira, e, por parte do Ministério, Ricardo Buratini, Secretário-Adjunto e responsável por questões relacionadas à energia, e Leonardo Oliveira, assessor técnico, ambos da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República.

Rodrigo Ferreira ressaltou que a principal bandeira da Abraceel é a defesa da abertura do mercado de energia para todos os consumidores, apontando que há uma “janela de oportunidade única” com o fim de quantidade considerável de contratos legados nos próximos anos, o que pavimenta o caminho para essa transformação de forma equilibrada, beneficiando consumidores e a economia.

O Presidente- Executivo da Abraceel explicou que atualmente há cerca de 73,5 milhões de consumidores presos no mercado regulado, desassistidos de políticas públicas que lhes permitam reduzir gastos com a conta de luz, ao contrário de faixas de consumidores que têm direito de escolher o fornecedor no mercado livre, têm meios e poder aquisitivo para instalar sistemas de geração distribuída solar ou se enquadram como baixa renda.

Como solução, a Associação propôs a abertura do mercado de energia em janeiro de 2026, para contemplar os consumidores industriais e comerciais do Grupo B. Essa proposta de abertura está suportada por estudos técnicos com metodologia e resultados divulgados de forma transparente. O objetivo é proporcionar um movimento de expansão do mercado livre de energia de forma equilibrada, sem aumentar o preço médio para aqueles que permanecerem no mercado cativo.

Abraceel explica que mercado trabalha para reforçar segurança ainda mais

Durante a discussão, a Casa Civil fez questionamentos sobre a situação de consumidores que porventura não desejarem migrar para o mercado livre. Quanto a isso, a Abraceel reforçou que a proposta é dar o direito ao consumidor, e não estabelecer a obrigação de migrar ao mercado livre. Nesse sentido, o setor de telefonia foi utilizado como comparação, no qual o consumidor sabe administrar estratégias para pagar menos e obter serviços melhores e adaptados às próprias necessidades.

Os representantes da Casa Civil, em seguida, pediram esclarecimentos a respeito de possíveis riscos do mercado livre, como a possibilidade de falência de comercializadoras ou empresas excessivamente alavancadas. Nesse ponto, os representantes da Associação reforçaram a explicação sobre mecanismos que garantem robustez ao mercado de energia e monitoram os indicadores de alavancagem das empresas.

Finalizando a reunião, Ricardo Buratini agradeceu a contribuição da Abraceel e destacou o interesse do governo federal em ouvir propostas do setor privado para construir soluções conjuntas. Afirmou que o país tem a oportunidade de criar uma estratégia conjunta para beneficiar toda a sociedade.

A apresentação realizada pela Abraceel está disponível na área do associado.





Grupo Técnico discute CP sobre comercialização varejista

Matéria em 1 minuto:

- Associadas demonstraram contrariedade à necessidade de validação dos Contrato de Comercialização Varejista (CCV) por parte da CCEE;
- Em contribuição, Abraceel vai sugerir que haja especificação das justificativas aceitáveis para a distribuidora não efetivar a suspensão de consumidores inadimplentes;
- Associadas entendem que o contrato padrão, neste momento, traria mais prejuízos do que benefícios, argumentando que esse não atende ao propósito de facilitar comparação efetiva de um mesmo produto ofertado por diferentes fornecedores.

No dia 08.05, o Grupo Técnico da Abraceel reuniu-se para discutir sobre a segunda fase da Consulta Pública 28/2023 da Aneel, sobre adequação das Regras e Procedimentos de Comercialização relacionados à comercialização varejista, com o objetivo de elencar os principais pontos da contribuição da Associação.

Mais de 140 pessoas participaram da sessão, que durou cerca de 3 horas. Dada a extensão dos assuntos discutidos, foi agendada nova reunião do Grupo Técnico, para dar continuidade às discussões, no dia 15.05, às 9h30. A apresentação realizada na reunião pode ser lida [aqui](#).



Yasmin de Oliveira, Coordenadora de Energia da Abraceel, explicou em detalhes todos os pontos em discussão na consulta pública. A primeira fase da CP culminou na publicação da REN 1.081/2023, que estabeleceu as bases de um novo modelo estrutural para funcionamento e operacionalização do mercado livre de energia. A CCEE ficou incumbida de endereçar o detalhamento procedimental desse novo modelo, com as adequações em Regras e Procedimentos de Comercialização para atender a nova REN, seguindo 19 diretrizes estipuladas pela Aneel.

Validação dos Contratos de Comercialização Varejista pela CCEE

A proposta da CCEE para o Contrato de Comercialização Varejista (CCV) prevê que o agente mantenha cópia em um link disponível para acesso de ambas as partes. O objetivo é permitir que seja possível a consulta e a comprovação da validade do documento. Entretanto, a Aneel entende que é necessário que a CCEE verifique as assinaturas e validade de cada CVV por receio que algum comercializador varejista migre um consumidor sem o pleno consentimento desse.

Sobre esse ponto, os representantes das associadas concordaram com o posicionamento contrário à proposta da Aneel, argumentando que a CCEE não realiza tais validações atualmente e essa mudança iria de encontro à simplificação pretendida. Assim, a Abraceel é favorável à proposta original da CCEE, que prevê que o varejista mantenha o CCV disponível e seja responsabilizado em caso de irregularidade.

Cadastro do consumidor varejista simplificado em novo sistema da CCEE

O cadastro do consumidor será feito no sistema e iniciado pelo varejista. A Abraceel sugeriu que a denúncia ao CCER também seja feita via esse sistema. Isso permitiria maior acompanhamento do desenvolvimento do processo, além de facilitar e centralizar essa etapa importante da migração.

Adicionalmente, na reunião do GT, houve sugestão para que, no momento da denúncia, a distribuidora não tenha a informação do consumidor que está migrando, mas somente a carga associada a essa migração, de forma que possa se programar para essa desconstrução. Dessa forma, apenas em momento mais próximo da migração seria dado conhecimento à distribuidora de qual consumidor estaria envolvido na migração, permitindo assim as adequações e validações necessárias. Isso, segundo a sugestão, poderia minimizar o problema concorrencial que existe atualmente.

Ainda sobre o modelo simplificado de migração, a Abraceel sugeriu incluir em sua contribuição a necessidade de a CCEE informar à Aneel quaisquer descumprimentos por parte da distribuidora, como o não cumprimento de prazos nas validações dos cadastros dos consumidores.

A Abraceel ainda considera fundamental que a Aneel especifique os motivos pelos quais a distribuidora pode negar a solicitação de migração do consumidor e estabeleça os processos a serem adotados em seguida. Sobre isso, houve sugestão para penalizar a distribuidora caso essa não apresente motivos válidos em situações em que seja negado o cadastro, como já ocorre com geradores que não cumprem o envio de documentos específicos.

Envio dos dados de medição

Sobre o envio dos dados de medição, a Abraceel entende que é preciso deixar claro que o envio deve ocorrer diariamente e os devidos ajustes devem ocorrer até o MS+ 7du. Assim, após discussão, a Abraceel irá sugerir que os dados sejam ajustados semanalmente, de forma a adiantar essa etapa, permitindo comportar o prazo de ajuste de contratos por parte dos agentes.



Resilição, resolução e suspensão

Em relação à questão de resilição contratual, a Abraceel irá reforçar que deve haver comprovação precedente de adimplemento do consumidor para que seja autorizada a troca entre varejistas.

Acerca da suspensão do fornecimento do consumidor, a Abraceel sugere que haja especificação das justificativas aceitáveis para não efetivar a suspensão de consumidores inadimplentes.

Além disso, a Abraceel reforçou que o órgão responsável pela fiscalização da validade dessas justificativas seja a Aneel.

Em relação ao corte indevido de consumidores, a Abraceel sugere que haja penalização do agente responsável por tal ocorrência, tanto no âmbito dos danos incorridos ao consumidor quanto da distribuidora.

Produto padrão

Por fim, houve debate a respeito do produto padrão que será usado de referência para comparação entre os preços de diferentes varejistas. Na visão das associadas, essa medida não contribui para a comparação das condições de um mesmo produto ofertado por comercializadoras distintas, já que há várias especificidades que podem interferir e prejudicar a comparação do produto padrão.

Além disso, é importante destacar que tal produto está sujeito a alterações para que seja possível atender as necessidades específicas do consumidor demandante. Porém, como tal comando está previsto em resolução normativa, as associadas sugeriram que as preocupações a respeito do produto padrão fossem tratadas na contribuição.

CCEE realizará workshop sobre varejista na próxima quinta-feira, 9h

Além da nova reunião do Grupo Técnico, marcada para o dia 15.05, às 9h30, a CCEE realizará no dia seguinte, 16.05, às 9h, o workshop Abertura de Mercado: 2ª fase da CP 28/2023. No encontro online, os especialistas da Câmara pretendem apresentar conceitos e regras propostos para a simplificação das operações no segmento de comercialização varejista. Para participar, basta ingressar na sessão, pelo [link](#).



PERÍODO SOMBRA

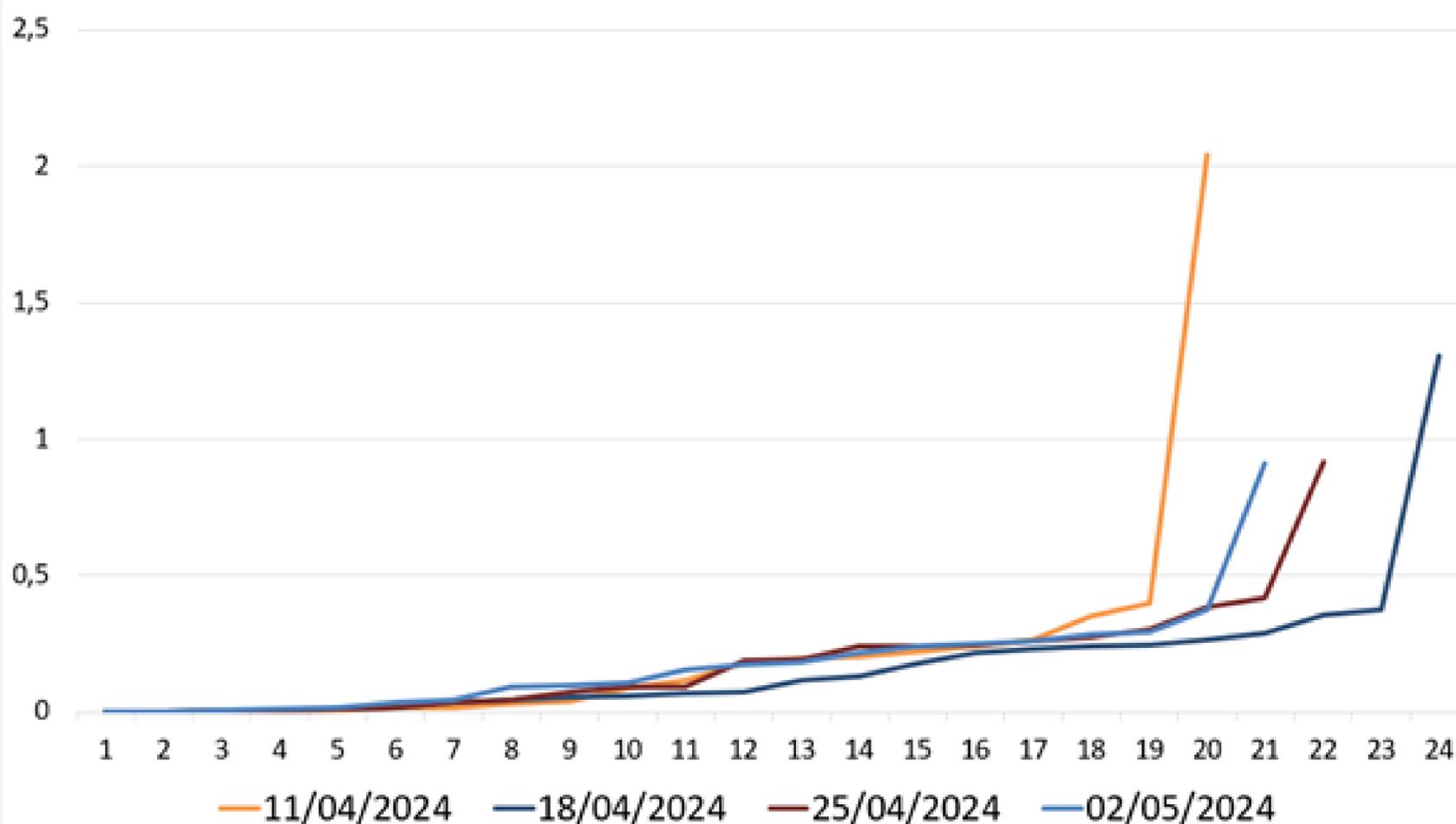
MONITORAMENTO DE MERCADO

Indicadores para acompanhamento do período sombra de monitoramento

Nível de Participação	02.05
Associadas Abraceel	99%
Comercializadoras	92%
Autoprodutor	100%
Gerador	95%
Produtor Independente	100%

02.05	Associadas Abraceel	Comercializadores	Geradores	Autoprodutores	Produtores Independentes
PL negativo	3%	5%	5%	6%	3%
FA zero	75%	71%	74%	58%	67%
FA maior que zero	20%	14%	16%	32%	27%
Média FA (maior que zero)	0,1788	0,4685	0,0590	0,0543	1,1889
Média FA	0,04	0,08	0,01	0,02	0,34
Desvio Padrão	0,12	0,66	0,04	0,11	6,37

Distribuição FA maior que zero - Associados Abraceel





ABRACEEL NA MÍDIA



Disputa pelo mercado livre de energia gera até queixa de abuso de poder

Fonte: Folha de S.Paulo

[Acesse aqui](#)



Uma nova página na história do mercado livre de energia no Brasil

Fonte: Jota

[Acesse aqui](#)



Brasil e Paraguai fecham acordo sobre Itaipu

Fonte: TV Canal Energia

[Acesse aqui](#)



Acordo de Itaipu prejudica consumidores de energia, dizem entidades

Fonte: Poder 360°

[Acesse aqui](#)



Acordo de Itaipu recebe críticas pelo aumento da tarifa, mas final das cotas é bem visto

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



Comercializadoras se mobilizam para conquistar clientes

Fonte: Valor Econômico

[Acesse aqui](#)

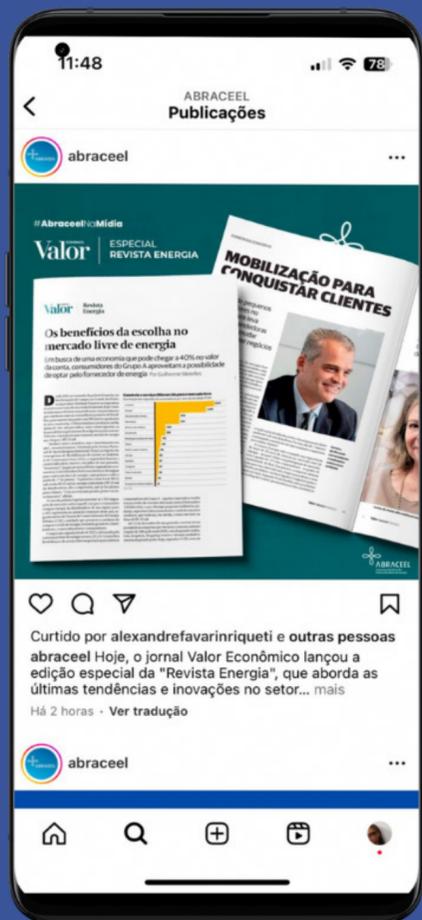


Os benefícios da escolha no mercado livre de energia

Fonte: Valor Econômico

[Acesse aqui](#)

ABRACEEL NAS REDES SOCIAIS





Abraceel reforça comunicações de auxílio ao **Rio Grande do Sul**



Em resposta à calamidade pública que afeta o Rio Grande do Sul, a Abraceel está disponibilizando seus canais de comunicação para intensificar o suporte às iniciativas de ajuda promovidas por suas empresas associadas. Como parte de um esforço solidário, convida suas associadas a participarem ativamente, entrando em contato para divulgar e fortalecer as ações. A sociedade pode contribuir com doações por meio do [canal oficial](#) SOS Rio Grande do Sul, utilizando o Pix disponibilizado. Para mais informações e maneiras de ajudar, [acesse o site](#) da Defesa Civil do estado.

Doe água potável!
Ajude nossos irmãos do **Rio Grande do Sul**.
Faça sua doação na sede da Migratio.

migratio energia

SEGUIMOS EM COLABORAÇÃO COM O RIO GRANDE DO SUL

Conheça nossas ações em apoio aos gaúchos

GERDAU
O futuro se molda

Estamos todos mobilizados pelo Rio Grande do Sul

Dedicamos quase 6 mil colaboradores da RGE, incluindo eletricitas, técnicos, engenheiros e outros profissionais

A Elera se solidariza com o Rio Grande do Sul e seus cidadãos.

Ajude com qualquer valor!

SOS
Rio Grande do Sul
Chave PIX (CNPJ)
92.958.800/0001-38
Banrisul

CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO PARA VÍTIMAS DAS CHUVAS NO RIO GRANDE DO SUL

A Gerdau está apoiando as regiões impactadas pelas fortes chuvas por meio de **doação de cestas básicas e materiais de limpeza para os bancos sociais da FIERGS**

Ajude Você Também

Doando o valor que você preferir, pelo **PIX 04.580.781/0001-91 (CNPJ)** ou pelo site **www.doealimentos.com.br**

O valor será enviado para o **Banco de Alimentos, instituição parceira da Gerdau.**

GERDAU
O futuro se molda



CURTAS

Com pleitos da Abraceel, CNPE estabelece diretrizes para valoração da MMGD

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabeleceu, por meio da [Resolução 2/2024](#), diretrizes para valoração dos custos e benefícios da microgeração e minigeração distribuídas (MMGD) para o sistema elétrico, pauta que recebeu contribuição da Abraceel em julho de 2022 na Consulta Pública 129 do MME. Os pleitos da Associação que foram acatados na resolução tratam da importância de considerar os efeitos da MMGD na necessidade de investimentos em melhorias, reforços e expansão de instalações de transmissão e distribuição; da geração centralizada nos aspectos de energia e potência; e dos serviços ancilares de que trata o parágrafo 10º do Art. 1º da Lei 10.848/2004. Outra ponderação foi a importância de considerar que os efeitos decorrentes da valoração dos custos e benefícios do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), inclusive os relacionados à sobrecontratação involuntária, não devem recair sobre os consumidores do ambiente livre. A resolução também incluiu a não duplicidade dos benefícios, inclusive quanto aos custos e benefícios que já são contemplados no SCEE, além de garantir transparência e publicidade do processo, metodologia, custos e benefícios sistêmicos da MMGD, inclusive as bases de dados utilizadas e memoriais de cálculo realizados.

Migração: Aneel divulga quantidade de problemas relatados na Ouvidoria

Desde janeiro de 2024, a Aneel começou a disponibilizar os dados abertos da [Ouvidoria Setorial da Agência](#). A Ouvidoria recebe relatos de consumidores sobre diversas dificuldades com suas distribuidoras. Dentre os principais temas divulgados, destacam-se dois casos de abuso de poder de mercado e concorrência desleal, quatro questões relacionadas à coleta, uso e compartilhamento indevidos de dados, disciplinados pela LGPD, além de 110 situações envolvendo descumprimento de prazos. Também estão registradas 38 dificuldades de contato ou acesso ao CCER/CUSD e 33 demandas indevidas de documentação no processo de migração para o ACL. Os dados disponíveis permitem análises, incluindo a identificação da distribuidora envolvida no problema, a confirmação ou não da procedência da solicitação registrada, a fase atual do processo de análise ou resolução da reclamação, a data de registro da solicitação na Aneel e o total de registros efetuados. A Abraceel reforça a importância de suas associadas reportarem eventuais dificuldades no processo de migração à Aneel, por meio da Ouvidoria, a fim de que as medidas necessárias sejam adotadas, bem como informem os casos à Abraceel, via FaleAqui!

Pleito histórico da Abraceel, Paraguai poderá vender excedente de Itaipu no ACL

O Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, fechou acordo sobre as tarifas de energia de Itaipu durante reunião com o presidente do Paraguai, Santiago Peña. O acordo estabelece tarifa de US\$ 19,28 / kW até 2026 para os dois países que operam a usina hidrelétrica binacional. No lado brasileiro,



a tarifa deverá permanecer em US\$ 16,71 / kW, resultando em um valor final de venda de R\$ 205 MWh. Segundo o ministério, isso será possível porque Itaipu aportará US\$ 300 milhões por ano. Após 2026, deverá ser aplicado um valor que vai considerar apenas custos operacionais da usina, estimados entre US\$ 10 e US\$ 12. Como contrapartida, busca-se antecipar a negociação do Anexo C, programada para ser apresentada ao Congresso até o fim deste ano. Em 2027, segundo o MME, será liberada a energia de Itaipu excedente do lado paraguaio para ser comercializada no mercado livre brasileiro, com competição nos preços. Também consta a possibilidade de venda da energia gerada por outras usinas paraguaias no mercado brasileiro imediatamente, conforme procedimento já utilizado para Argentina e Uruguai.

Para Alckmin, Fórum do Gás pede fim do mandato do biometano

Em 09.05, a Abraceel participou de reunião do Fórum do Gás com o Vice-Presidente da República e Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, para solicitar a exclusão do mandato de biometano proposto no Projeto de Lei do Combustível do Futuro (PL 528/2020). De acordo com o texto, o CNPE definirá meta anual de redução de emissões de gases de efeito estufa no mercado de gás natural, a ser cumprida por meio da participação do biometano no consumo do gás natural. A obrigação começa em 1% em 2026, vale até 2034 e não pode exceder 10%. Na visão do Fórum, é possível promover o desenvolvimento do mercado de biometano sem onerar o custo do gás natural, sendo fundamental preservar a livre competição do mercado e a competitividade dos consumidores.

Avançam as discussões sobre o novo Estatuto Social da CCEE

Durante a semana, foram realizadas diversas reuniões para tratar das propostas de alteração no Estatuto Social da CCEE. Na segunda, 06.05, o Conselho de Administração da Abraceel se reuniu para conhecer detalhes da discussão. Como resultado, determinou a convocação de reunião com os representantes das associadas e o próprio conselho para definir o posicionamento da Abraceel. Essa reunião ocorre hoje, 10.05, e os detalhes estarão disponíveis no Relatório Semanal da próxima semana. Além disso, a Abraceel participou de outras duas reuniões do FASE sobre o tema esta semana (dias 07 e 08). Os encontros discutiram detalhadamente o texto do novo Estatuto Social. Na próxima segunda-feira, 13.05, a Abraceel participará de reunião do FASE com a Câmara para discutir o tema.

Aneel pauta regulamentação da MP 1.212 e resultado da audiência pública sobre penalidade por insuficiência de lastro

Está na pauta da reunião pública da Aneel do dia 14.05 (i) a aplicação do art. 1º da MP 1.212/2024, que trata das condições para a prorrogação do prazo para entrada em operação comercial de usinas, de forma a permitir a aplicação do desconto nas tarifas de uso da rede a que se refere a Lei 9.427/1996, (ii) o resultado da Consulta Pública 64/2020, sobre a revisão da Norma de Or-

ganização Aneel 40/2013, que dispõe sobre a Análise de Impacto Regulatório (AIR) na Agência, e (iii) o resultado da Audiência Pública 123/2010, sobre a apuração e o preço da penalidade por insuficiência de lastro para venda de energia e de cobertura contratual do consumo.

ANP pauta acesso às infraestruturas essenciais

Está na pauta da reunião de Diretoria da ANP do dia 16.05 o relatório de AIR produzido pelo grupo de trabalho designado para elaboração de regulamentação que disponha sobre as diretrizes e princípios do acesso negociado e não discriminatório de terceiros interessados aos gasodutos de escoamento da produção, às instalações de tratamento ou processamento de gás natural e aos terminais de GNL, conforme disposto na Nova Lei do Gás e no decreto regulamentador.

Com adesão da Voqen, Abraceel passa a contar com 112 associadas

O Conselho de Administração da Abraceel aprovou, no dia 06.05, a adesão da Voqen. Com isso, o quadro associativo da Abraceel passa a contar com 112 empresas associadas.

AICE discute estrutura e perspectivas do mercado elétrico colombiano



No dia 08.05, a Abraceel participou de reunião da Associação Ibero-Americana de Comercialização de Energia (AICE), desta vez voltada para conhecer o mercado elétrico da Colômbia, com apresentação conduzida por Marta Aguilar Méndez, Diretora Executiva da Associação Colombiana de Comercializadores de Energia (ACCE). Durante o encontro, foram destacadas as mudanças significativas ocorridas após a implementação do marco legal que separou as atividades do setor elétrico, anteriormente interligadas verticalmente. Isso incluiu a regulação da transmissão e distribuição, bem como a abertura parcial do mercado, proporcionando a usuários finais a liberdade de escolha do fornecedor de energia. No mercado colombiano, estão presentes 73 geradoras, com predominância de fontes hidráulicas e térmicas, 16 transmissoras, 37 distribuidoras dedicadas exclusivamente ao transporte de energia e 122 comercializadoras, que operam em um ambiente de livre competição, intermediando as transações entre os agentes. Outro ponto analisado foi a composição da tarifa, que engloba todos os

aspectos do setor elétrico, assim como a evolução da demanda e fluxos de exportação e importação de energia. Por fim, foi debatida a agenda que mobiliza o mercado nos próximos anos, com foco na transição energética, adoção de uma matriz energética mais limpa, desenvolvimento de comunidades energéticas, implementação de tecnologias como inteligência artificial, redes inteligentes e análise de grandes volumes de dados.

Encerra-se hoje o prazo para o envio de dados das comercializadoras varejistas

A Abraceel divulgará em seu site – e em outros canais de comunicação possíveis – lista das comercializadoras varejistas ligadas às empresas associadas. Após aprovação do Conselho de Administração da Abraceel, as comercializadoras devem cumprir um dos seguintes critérios para serem incluídas na divulgação:

1. Ter o mesmo CNPJ da empresa associada à Abraceel;
2. Compartilhar a mesma raiz de CNPJ da empresa associada à Abraceel;
3. Usar o mesmo nome fantasia ou marca que aparece na razão social da empresa associada à Abraceel.

As associadas devem enviar até hoje, 10.05, as informações de contato das comercializadoras varejistas, incluindo telefone, e-mail, endereço, site e o nome do responsável, para o e-mail abraceel@abraceel.com.br.

O objetivo é atender à demanda por informações e contatos de comercializadoras varejistas envolvidas no processo de migração de consumidores para o mercado livre de energia

No Deinfra, Abraceel defende transição energética do consumidor

Em encontro organizado pelo Deinfra do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), no dia 08.05, o Presidente-Executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, defendeu a necessidade de promover no Brasil uma discussão adequada sobre a transição energética, enfatizando que no setor elétrico o Brasil já é descarbonizado, mas restam debates e ações concretas para o país percorrer e concluir com eficiência a jornada da transição energética de forma a englobar os outros dois Ds – descentralização e digitalização. Rodrigo Ferreira frisou que o mercado livre de energia precisa avançar no Brasil para que o consumidor possa gerar e contratar energia de forma descentralizada e poder fazer gestão do consumo de forma digitalizada, como já ocorre em países onde o mercado livre de energia está acessível a todos indistintamente. Por fim, ponderou que precisa haver coerência nas decisões que impactam o mercado de energia, pois há visão que é necessário reduzir assimetrias, custos e ineficiências, mas crescem medidas que resultam em reservas de mercados, extensão de subsídios e transferências de custos aos consumidores. Em outras sessões do encontro, houve apresentação sobre a agenda de iniciativas do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE) e debates sobre a situação do setor elétrico.



Em evento da Absolar, Abraceel destaca papel do ACL

Ângela Oliveira, Diretora de Relações Institucionais da Abraceel, participou do evento “Mercado Livre de Energia - como a liberdade de escolha contribui para a transição energética sustentável”, organizado pela Absolar, no dia 09.05, em São Paulo. Ângela explicou que o mercado livre de energia é o ambiente de comercialização de boa parte da energia renovável brasileira, que ajuda a viabilizar dezenas de bilhões de reais em investimentos. Na apresentação, foram explicados dados que evidenciam o quanto da geração das fontes solar e eólica, entre outras fontes renováveis, é destinado ao ambiente livre, bem como estudo da Abraceel que revela o volume de investimentos viabilizados em energias renováveis, com crescente presença de comercializados.



Não perca a oportunidade de apoiar o Planejamento Estratégico e Coquetel Anual da Abraceel

Destaque sua marca nos eventos da Abraceel

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Data: 24 e 25 de outubro
Local: B Hotel, Brasília

Coquetel Anual

Data: 05 de dezembro
Local: Espaço Itahy, São Paulo



A Abraceel oferece às associadas diversas oportunidades de apoio em dois dos principais eventos da Associação no ano: o Encontro de Planejamento Estratégico, que ocorrerá nos dias 24 e 25.10, no B Hotel em Brasília, e o Coquetel Anual, marcado para 05.12 no Espaço Itahy, em São Paulo. Os dois eventos são ambientes que propiciam networking e negócios, além de proporcionarem visibilidade da marca perante um público seletivo e influente. As empresas Eneva e Electra já adquiriram cotas e são apoiadoras do Planejamento Estratégico. O material promocional do Encontro de [Planejamento Estratégico](#) e do [Coquetel Anual](#) estão disponíveis às associadas, que podem ainda agendar reunião com a Vice-Presidência de Estratégia e Comunicação pelo telefone (61) 98153-6146 ou pelo e-mail amanda@abraceel.com.br. Não perca essa oportunidade!



Missão Internacional da Abraceel para França confirmada: inscrições seguem abertas!

A missão internacional da Abraceel para a Paris, França, já conta com mais de 20 participantes e está oficialmente confirmada! As inscrições continuam abertas para os associados que estiverem interessados em participar.

Para mais informações, consultar o documento clicando [aqui](#) ou entrar em contato com a Abraceel pelo e-mail abraceel@abraceel.com.br.



CURTAS - Eventos e Cursos

Enase 2024: associadas da Abraceel têm 10% de desconto

A 21ª edição do Enase, programada para os dias 19 e 20.06 no hotel Windsor Oceânico, no Rio de Janeiro, terá mais de 45 horas de conteúdo e algumas inovações. Associados da Abraceel interessados em participar do encontro recebem 10% de desconto no ingresso no ato da inscrição online, bastando utilizar o código ABRACEEL10OFF.



Além de plenárias, com presença de especialistas e autoridades dos setores público e privado, a edição deste ano introduz três trilhas de conteúdo para analisar a modernização e o futuro do setor elétrico; energia limpa, mercado e consumo. Adicionalmente, duas arenas temáticas foram idealizadas para proporcionar a apresentação de casos de sucesso em rodadas de conversa sobre tecnologias aplicadas e sustentabilidade.

Novos espaços para networking, incluindo “lounges” exclusivos e área para negócios e soluções, buscam oferecer oportunidades para conexões e novas possibilidades comerciais. Mais informações você encontra no [site oficial](#).



Associados também têm desconto em curso de gestão de clientes no mercado livre

A OCA Energia lançou um curso online que ensina análise de viabilidade, migração e gestão de clientes no mercado livre de energia. Com aulas ao vivo e suporte via WhatsApp, o curso aborda o funcionamento do setor elétrico, análise de cenários para otimização do consumo de energia e estratégias para negociação de contratos no Ambiente de Contratação Livre. O material do curso inclui planilhas, slides, guias práticos e exemplos de faturamento. Associados da Abraceel possuem um desconto exclusivo, usando o cupom ABRACEEL10. Para mais informações e inscrições, visite o [site](#).



Em semana marcada por atenção e enfrentamento à situação de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, a Câmara dos Deputados aprovou PL que amplia os incentivos para a geração distribuída. Associações setoriais e o senador Weverton, relator do PL da eólica offshore, discutem impacto dos subsídios propostos no PL. Abraceel reuniu-se com deputado federal Danilo Forte para mostrar como a expansão do mercado livre de energia para novas categorias de consumidores ajuda o Brasil na jornada da transição energética. PDL 365/2022, que busca anular resoluções da Aneel sobre tarifas de uso da rede elétrica, será relatada na CCJ do Senado por Cid Gomes (PSB-CE). Subcomissão vai tratar de Itaipu e ENBPar.

Câmara aprova projeto que amplia incentivos para a GD – a Câmara dos Deputados aprovou o PL 624/2023, que cria o Programa Renda Básica Energética (REBE) e direciona parte da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), atualmente destinada a descontos na tarifa de luz para famílias de baixa renda, para estimular a produção de energia solar por meio de placas fotovoltaicas.

De relatoria do deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), que estava ausente em missão oficial, o projeto foi relatado pelo deputado Duarte Gonçalves Junior (Republicanos-MG) e aprovado em votação simbólica.

O PL estabelece que as usinas de energia solar beneficiadas devem direcionar seus esforços para atender às mesmas famílias de baixa renda, oferecendo crédito de energia solar que funcionará como um desconto direto na conta de luz. A transição para esse novo modelo de descontos será realizada de forma gradual ao longo de aproximadamente dez anos, visando inicialmente atender cerca de 2 milhões de famílias.

Pelo texto aprovado, as usinas serão instaladas preferencialmente em áreas rurais, flutuantes em lâmina d'água de reservatórios de hidrelétricas ou no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Após a geração da energia, serão convertidos créditos no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) para serem alocados para as famílias com direito à tarifa social.

O texto atribui à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) a gestão financeira e operacional do REBE, seja diretamente ou por meio da contratação de cooperativas de energia solar fotovoltaica, ou de associações e/ou condomínios da região em que forem instaladas as centrais.

Para financiar os projetos, a medida permite, por exemplo, o uso do orçamento da União, seja por meio de transferência à ENBPar com sua capitalização, seja por transferência à CDE. Também é prevista a possibilidade de empréstimos junto a bancos e fundos, além de recursos que as distribuidoras direcionam à TSEE a título de aplicação em programa de eficiência energética.

Mudanças na Lei 14.300 – o PL propõe diversas alterações ao marco legal da MMGD, como o atendimento às solicitações de acesso à MMGD sem restrição ou limitação de injeção de energia, o fim da participação financeira do consumidor para obras que não sejam exclusivas para MMGD e a possibilidade de centrais geradoras já atuantes no ACL ou no ACR poderem pedir seu enquadramento como MMGD. O texto segue agora para análise do Senado Federal e é necessário aguardar qual a tramitação da matéria na Casa. Não há indicação de tramitação célere do projeto entre os senadores. [Saiba mais.](#)

Associações se reúnem com senador Weverton (PDT-MA) para discutir jabutis na eólica offshore – a Abraceel esteve presente em reunião com associações setoriais e o senador Weverton, relator do PL 576/2021, que discute eólicas offshore. A matéria foi aprovada no fim de 2023 na Câmara dos Deputados, com diversas emendas alheias ao escopo inicial do projeto.

O objetivo do encontro foi apresentar ao senador os impactos da aprovação do texto na forma como veio da Câmara dos Deputados, baseados em estudo da consultoria PSR, que indicam oneração de R\$ 25 bilhões por ano até 2050 nas contas de energia. O senador ouviu atentamente a exposição, informando que está escutando as partes interessadas no tema para subsidiar a construção do relatório que vai apresentar. Também antecipou que haverá nova reunião para discussão do parecer e que entende a complexidade do tema.



Abraceel discute transição energética com deputado federal Danilo Forte (União-CE) - também presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, o parlamentar recebeu a Abraceel para discutir o papel do consumidor do futuro no contexto da transição energética e sua importância para o desenvolvimento econômico do país.



Senador Cid Gomes assume relatoria de projeto que questiona resoluções da Aneel sobre tarifas - o Projeto de Decreto Legislativo 365/2022, que visa anular resoluções normativas da Aneel relacionadas às tarifas de uso da rede elétrica, teve relatoria definida no Senado Federal. O texto, atualmente sob análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será relatado pelo senador Cid Gomes (PSB-CE). A CCJ é a última comissão de mérito do Senado Federal que analisa a matéria.

Subcomissão Especial da Itaipu Binacional e ENBPar é instalada - a Comissão de Minas e Energia instalou, no dia 08.05, a Subcomissão Especial da Itaipu Binacional e da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar). O encontro foi dedicado à eleição dos presidentes e vice-presidentes dessa subcomissão. Deputado Padovani (União-PR) foi eleito presidente da subcomissão, cujo objetivo é estudar e acompanhar as negociações dos termos do Tratado de Itaipu.

Audiência Pública discute gás natural na Câmara dos Deputados - no dia 08.05, a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir maneiras de ampliar a oferta de gás natural a preços mais competitivos. Destacou-se a preocupação com os custos, especialmente devido à infraestrutura local, que representam 66% do preço total do gás. A aprovação da Lei do Gás foi vista como uma oportunidade para tornar o mercado mais competitivo, o que demanda ainda regulamentação pela ANP. Contudo, conforme apontado na audiência, persiste a preocupação com a concentração do mercado, ainda controlado em grande parte pela Petrobras. A sessão foi proposta pelo deputado federal Josenildo (PDT-AP) e contou com representantes de diversas entidades e órgãos relacionados do setor, que apresentaram soluções para os desafios enfrentados pelo mercado de gás natural no Brasil. [Veja mais.](#)

**Próxima semana**

Na próxima semana, no dia 14.05, a Comissão de Infraestrutura do Senado realizará reunião deliberativa para discutir:

Projeto de Lei 2.474/2020 - Trata da cessão de créditos de energia elétrica durante a pandemia da Covid-19. Inicialmente, o relatório recomendava a rejeição de uma emenda específica. Porém, após aprovação em julho de 2023, o projeto agora é favorável, conforme emenda substitutiva. O projeto é de autoria dos deputados Franco Cartafina (PP-MG) e Lucas Redecker (PSDB-RS) e a relatoria está com o senador Ireneu Orth (PP-RS).

Projeto de Lei 5.066/2020 - Propõe modificações nas leis relacionadas à exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, visando estimular a pesquisa e adoção de novas tecnologias. O projeto é de autoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM) e tem relatório favorável do senador Chico Rodrigues (PSB-RR).



PRÓXIMA SEMANA

13.05 - Segunda-feira: Abraceel participa de reunião com Ricardo Zanella, da empresa Hub Digital, para conhecer rede de mídia para população de baixa renda, às 14h;

Abraceel participa de reunião do FASE com a CCEE para debater o novo Estatuto Social da Câmara, às 15h;

Abraceel debate agenda do mercado com o presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, Luiz Eduardo Barata, às 17h.

14.05 - Terça-feira: Grupo Técnico se reúne para discutir a CP 162/2024 do MME, sobre propostas de alterações metodológicas do ciclo 2023/2024 da Cpamp, às 14h30;

Abraceel participa de reunião da diretoria da Associação Ibero-Americana de Comercialização de Energia – AICE, às 13h;

Abraceel participa de reunião de associações setoriais com o Vice-Presidente da República e Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, para discutir os subsídios no setor elétrico, às 17h.

15.05 - Quarta-feira: Abraceel realiza reunião do Grupo Técnico para continuar a discussão da segunda fase da CP 28/2023 da Aneel, sobre aprimoramentos na comercialização varejista, às 9h30;

Abraceel realiza almoço do seu Conselho de Administração com agentes públicos e privados em Brasília, às 12h;

Conselho de Administração da Abraceel realiza reunião aberta à participação das associadas às 15h.

16.05 - Quinta-feira: Abraceel se reúne com a BIP Group para alinhamento de aspectos do estudo sobre open energy, às 15h.